

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.840.586 - BA (2019/0203609-6)**

**RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES**  
**RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**RECORRIDO : MUNICIPIO DE ILHEUS**  
**PROCURADOR : ÁLVARO LUIZ FERREIRA SANTOS - BA009465**  
**ASSIST. MP : FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI**

**DECISÃO**

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto pelo Ministério Público Federal, com amparo na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo TRF da 1ª Região assim ementado (e-STJ, fls. 324-325):

PRAÇA “CLÁUDIO MAGALHÃES”, DISTRITO DE OLIVENÇA, MUNICÍPIO DE ILHÉUS/BA. CONSTRUÇÕES LEVANTADAS PELO MUNICÍPIO PARA A REALIZAÇÃO DE FESTAS JUNINAS. SUPOSTO INTERESSE ARQUEOLÓGICO (INDÍGENA) DA ÁREA. FRAGILIDADE DOS INDÍCIOS. OBRIGAÇÃO DO MUNICÍPIO DE RECOMPOR A ÁREA, DE PROMOVER CAMPANHA EDUCATIVA E DE REALIZAR PESQUISA ARQUEOLÓGICA. INEXISTÊNCIA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DEFERIMENTO PARCIAL DO PEDIDO. REFORMA DA SENTENÇA.

1. Trata-se de ação civil pública intentada pelo Ministério Público Federal, pedindo-se fosse o Município de Ilhéus/BA condenado “nas seguintes obrigações de fazer: a) recompor, com monitoramento de arqueólogo e orientação do IPHAN, a Praça Cláudio Magalhães, localizada no Distrito de Olivença, Ilhéus/BA., ao *status quo ante*, promovendo a recomposição do desnível e aspectos naturais da área central da referida praça, com a retirada da contenção em madeira e do piso cimentado; b) promover, a expensas das verbas destinadas à publicidade, campanha educacional junto à população de Olivença, relatando o valor histórico e cultural da localidade; c) promover a busca, junto à população local, dos objetos encontrados quando da realização da obra de urbanização da praça, entregando-os ao IPHAN; d) realizar, a expensas das verbas destinadas à publicidade, como medida compensatória aos danos causados, poços teste para o dimensionamento do potencial arqueológico da praça; e) pagar multa diária, destinada ao fundo especial de que trata o art. 13 da Lei 7347/85, em valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), devida se houver descumprimento de quaisquer das obrigações principais, sem prejuízo de outras cominações, independente das consequências de natureza penal; f) arcar com o pagamento das custas processuais e demais parcelas do ônus da sucumbência, incluindo verba advocatícia, fixada à luz do art. 20, § 4º, CPC. A verba honorária deverá ser recolhida ao fundo especial já citado, sendo devida por se constituir em ônus da sucumbência, não importando a natureza do patrocinador da ação”.

2. O principal elemento probatório de que haveria interesse arqueológico na

referida praça é um relatório de servidora do IPHAN no qual se fala em fotos escaneadas de “material arqueológico” (uma lasca, um fragmento de faiança portuguesa com borda decorada, um fragmento de faiança não decorada e uma moeda de cobre colonial) e em “material arqueológico indígena” que estaria na posse de “chefes tupinambás” residentes fora de Olivença. Esse suposto material, com o próprio relatório diz, em vez de demonstrar, “não exclui o interesse arqueológico” da área, a qual apenas “reúne condições privilegiadas de situação e ambiência para abrigar ocupações pré-coloniais”.

3. Esses frágeis indícios não impediam a intervenção na Praça Cláudio Magalhães (construções destinadas à realização de festas juninas), que o Ministério Público Federal buscou impedir e, por isso, não justificam sua recomposição, nem determinam a realização de campanha educacional sobre o valor histórico e cultural da localidade. Muito menos, justificam a perfuração de poços “para o dimensionamento arqueológico da praça”, que, além de tudo, não é atribuição típica do município.

4. Na sentença, determinou-se que “a Prefeitura Municipal de Ilhéus se abstenha de promover alterações de qualquer natureza no solo ou subsolo da área da Praça Cláudio Magalhães, Distrito de Olivença, Município de Ilhéus, bem como promova ações educativas junto à comunidade local, com o fim de divulgar a importância da preservação do patrimônio cultural-arqueológico existente naquela localidade”. Deixou-se de fixar prazo para o cumprimento de tal obrigação de fazer e de estabelecer multa cominatória, mas, se a própria determinação é desprovida de fundamento, muito menos, a fixação de prazo para seu cumprimento, sob pena de multa.

5. Remessa oficial, tida por interposta, provida para reformar a sentença e indeferir o pedido. Prejudicada a apelação do Ministério Público Federal.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ, fls. 353-357).

Nas razões do especial, o insurgente alega violação do art. 1.022 do Código de Processo Civil (CPC/2015), uma vez que o acórdão recorrido não se manifestou sobre os arts. 23 e 216 da Constituição Federal; 1º, 2º e 3º da Lei n. 3.924/1961.

Aponta malferimento dos arts. 1º, 2º e 3º da Lei n. 3.924/1961; 23 e 216 da Constituição Federal, porquanto a tutela do patrimônio cultural é dever do Poder Público.

Parecer do Ministério Público Federal pelo provimento do recurso especial (e-STJ, fls. 430-435).

É o relatório.

O provimento do apelo nobre por contrariedade ao art. 1.022 do CPC/2015 pressupõe que sejam demonstrados, fundamentadamente, entre outros, os seguintes motivos: (a) a questão supostamente omitida foi tratada na apelação, no agravo ou nas contrarrazões a estes recursos, ou, ainda, que se cuida de matéria de ordem pública a ser analisada de ofício, a qualquer tempo, pelas instâncias ordinárias; (b) houve interposição de aclaratórios para indicar à Corte local a necessidade de sanear a omissão; (c) a tese omitida é essencial à conclusão do julgado e, se examinada, poderia levar à sua anulação ou

reforma; (d) não há outro fundamento autônomo, suficiente para manter o acórdão. Esses requisitos são cumulativos e devem ser abordados de maneira efetiva na petição recursal, sob pena de não se conhecer da alegação por deficiência de fundamentação, dada a generalidade dos argumentos apresentados.

Com efeito, o recorrente limitou-se a indicar a necessidade de abordagem de alguns pontos pela Corte de origem, sem especificá-los nem justificar, nas razões do apelo, a importância do enfrentamento do tema para a correta solução do litígio.

A suscitada afronta ao art. 1.022 do Código de Processo Civil foi deduzida de modo genérico, o que justifica a aplicação da Súmula 284/STF: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia."

Em recurso especial, não se analisa suposta ofensa a dispositivo constitucional, sob pena de usurpação da competência atribuída ao Supremo Tribunal Federal.

De outro lado, a Colegiado de origem entendeu que os indícios apresentados pela parte interessada são frágeis e não são suficientes para impedir a intervenção na praça. Observa-se STJ, fl. 355):

[...] Entendeu que se fala "em fotos escaneadas de material arqueológico (uma lasca, um fragmento faiança portuguesa com borda decorada, um fragmento de faiança não decorada e uma moeda de cobre colonial), que estaria em mãos de Cláudio Magalhães (o que dá nome à praça?) e em 'material arqueológico indígena' que estaria na posse de 'chefes tupinambás' residentes fora de Olivença". Entendeu que estes indícios são frágeis, e não suficientes para impedir a intervenção na praça, não justificam, também, realização de campanha educacional sobre o valor histórico e cultural da localidade, e muito menos perfuração de poço para o dimensionamento arqueológico da praça, além de não ser, conforme restou fundamentado, atribuição típica do município. - grifos acrescidos

Da leitura do julgado combatido, deduz-se que a Corte estabeleceu orientação com base nas provas dos autos. Desse modo, a modificação do entendimento firmado pelas instâncias ordinárias demandaria o reexame do acervo probatório dos autos, desiderato incompatível com a via especial, conforme teor da Súmula 7 do STJ.

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015, c/c o art. 255, § 4º, não conheço do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

Ministro Og Fernandes  
Relator